



APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E PRÁTICAS ENDÓGENAS COMO ESTRATÉGIA PARA A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA URBANO ARTICULADO: O CASO DA ILHA DO COMBÚ.

LUNA, Bibas (1); ANA CLÁUDIA, Cardoso (2);

(1) Universidade Federal do Pará; Mestranda; Belém/Pará; lbbibas@gmail.com

(2) Universidade Federal do Pará; Professora Dra. Da FAU; Belém/Pará; aclaudiacardoso@gmail.com

RESUMO

A Ilha do Combú, pertencente à região insular do município de Belém, sobrevive através das práticas ribeirinhas tradicionais da Amazônia ilustrando possibilidades para a preservação ambiental, formação de uma economia solidária e composição do Sistema de Espaços Livres do Município de Belém. Os processos sócio-espaciais estabelecidos em Belém, sua falta de espaços urbanizáveis e sua projeção na rota turística internacional ameaçam o modo de vida e a forma de apropriação constituída pelos moradores da ilha. Este trabalho busca visibilizar os processos em curso na cidade de Belém e expor os potenciais que as práticas endógenas constituem como forma de vislumbrar novas trajetórias.

Palavras-chave: expansão urbana; comunidades tradicionais; espaços livres; Ilha do Combú;

APPROPRIATION OF SPACE AND ENDOGENOUS PRACTICES AS STRATEGY FOR CREATION OF AN ARTICULATED URBAN SYSTEM: THE COMBU ISLAND CASE.

ABSTRACT

The Combu Island belongs is part of the island portion of the municipality of Belem, its population livelihoods come from traditional Amazonian knowledge, and offers an example of possibilities created from environmental conservation, solidarity economy and composition of a Free Spaces System of Belem's Municipality. The socio spatial processes established in Belem, the shortage of developable spaces and its projection on the international tourism route threaten the way of life and the appropriation form of inhabitants of the island. This paper seeks to make visible the ongoing processes in the city of Belem and expose the potential that endogenous practices have as a way to envision new trajectories.

Key-words: urban expansion; traditional communities; free spaces; Combu Island;





1 INTRODUÇÃO

Belém é uma metrópole composta por sete municípios, que compõem um arranjo articulado pela BR-316, repleto de rios e ilhas. Esse espaço metropolitano é muitas vezes avaliado com destaque para as muitas carências (de infraestrutura, de espaços públicos convencionais, de centralidades, de governança, etc.), visto que apenas a área central apresenta características de cidade que foi moderna em outros momentos ou que acompanha o ideário contemporâneo de vida moderna (CARDOSO, LIMA, 2015).

A maior parte do território (as periferias próximas e distantes, os bolsões rurais, as várzeas) ainda se constitui em um enigma quando examinado pelos indicadores nacionais, indicando que essa variante do espaço metropolitano mistura tempos e formas de vida em um contexto de fronteira e de periferia do sistema econômico nacional.

A metrópole Belém antecede em séculos a sua região metropolitana, e historicamente assumiu funções político-administrativas e de comércio e serviço, que não viabilizaram a total conversão de sua base física, das relações sociais e de sua população ao modo de produção industrial, hegemônico no país e no mundo. Seu sucesso adveio da capacidade de gerir sócio e biodiversidade, de uma resiliência para assimilar formas de produção e de vida típicas da região, muito diferentes das formas exógenas que os colonizadores traziam, garantida pelo próprio sítio (as várzeas desprezadas pelos agentes que atuam na produção formal da cidade foram espaços ocupados pelos migrantes da própria região).

Este artigo foca o espaço mais desconhecido e amazônico da metrópole, a sua porção insular, a partir de um estudo de caso sobre a Ilha do Combú (ver figura 01), ilha do município de Belém localizada em frente ao centro de Belém, do outro lado do Rio Guamá.

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA

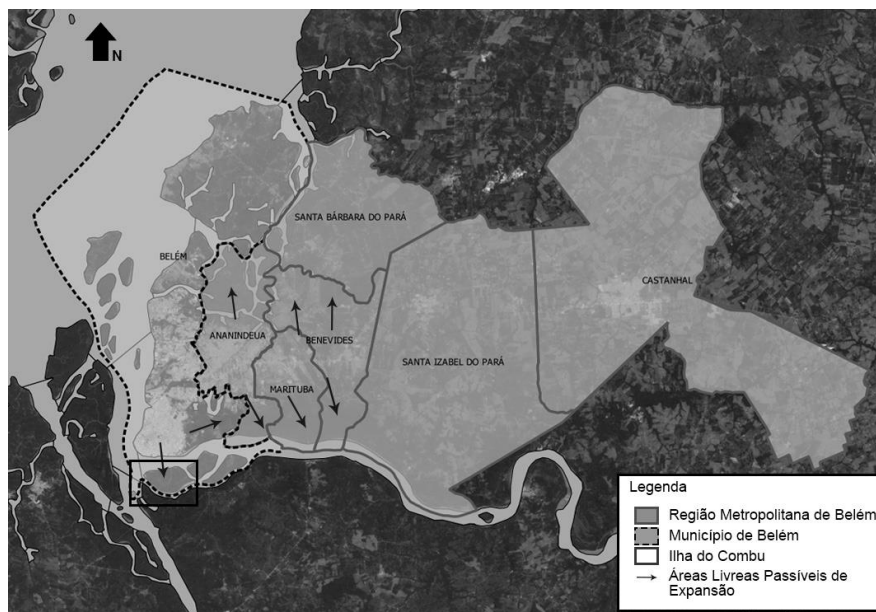


Figura 1: Região Metropolitana com Belém e suas ilhas em destaque. Indicação para a Ilha do Combú e áreas passíveis de expansão da malha urbana. Fonte: CTM, 2010; Google Earth, 2015. Elaboração: Luna Bibas, 2016.

Seu território é constituído por várzeas e terra firme e gerido como Área de Preservação Ambiental – APA do Combú, e população tipicamente ribeirinha. As práticas imobiliárias correntes na porção continental de Belém têm pleiteado a urbanização das ilhas que são conectadas ao continente por pontes ou por transporte público regular, constituindo uma tendência de eliminação da vegetação e alteração nas características do solo para fins de urbanização apesar de estudos indicarem a importância desses espaços para o clima metropolitano (JARDIM; VIEIRA, 2001).

Este processo já é muito avançado na Ilha de Outeiro (Caratateua), está em curso na Ilha do Mosqueiro e em fase inicial na Ilha de Cotijuba. A Ilha do Combú é cobiçada há décadas, pela sua localização estratégica em relação ao centro de Belém, mas a capacidade de resistência viabilizada pelas práticas e soluções que a população da ilha estabeleceu para a produção e a moradia, ilustra possibilidades virtuosas para a preservação ambiental e formação de uma economia solidária, no Sistema de Espaços Livres que as ilhas constituem no espaço metropolitano, que uma vez reconhecido pode oferecer novos parâmetros de urbanização para as cidades da região, de base endógena e com maior capacidade de atender aos processos locais.

Acesso é o grande responsável pela veiculação da lógica de mercado para as ilhas. Mosqueiro e Outeiro (Caratateua), tem ligação por terra com a área Continental de Belém. Se antes seus acessos davam-se pelo rio, hoje é possível pela Avenida (antiga Rodovia) Augusto Montenegro e BR-316, respectivamente. Tal mudança ocorreu a partir da pressão dos donos dos terrenos lindeiros às autoestradas visíveis na figura 2. A Ilha de Cotijuba permanece com ligações para Belém e Icoaraci





(distrito mais próximo à Belém), no entanto é dotada de serviço municipal de transporte fluvial com preço igual ao de uma passagem de ônibus tornando-se mais atraente à ocupação e consolidação.

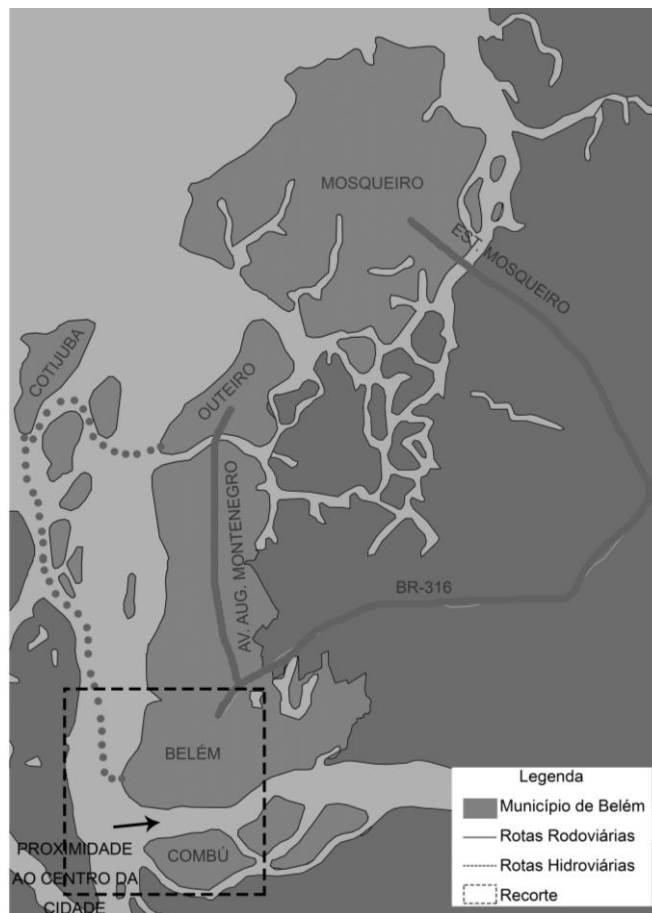


Figura 2: Município de Belém e suas ilhas com indicação das rotas pelo transporte regular (rodoviário e hidroviário) e o recorte de estudo Belém e Combú. Fonte: CTM, 2010. Elaboração: Luna Bibas, 2016.

Além do suporte da movimentação pendular entre as ilhas e as cidades, estas ainda são atração nos períodos das férias e feriados, suas orlas em formato de praia conferem diferenciado aspecto em comparação ao aspecto de mangue das outras ilhas (como a do Combú, por exemplo). Esta atração turística de férias e feriados e a falta de legislação quanto à transporte e ocupação também reforçam a ideia de mercado que tem sido implantada e que tem sido discurso em meios profissionais e políticos.

Outeiro já, efetivamente, faz parte do circuito imobiliário de alto padrão, a franquia Alphaville adquiriu para seu empreendimento terrenos em Icoaraci e na Ilha de Outeiro, um de frente para o outro, os dois com acesso ao rio (marinas e clubes), sinalizando as tendências da comercialização do rio (ver figura 3). As principais chamadas do marketing da franquia são: lazer e meio ambiente;

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



conveniência e segurança. Este tipo de ocupação privatiza o rio, dando acesso a esta parte do rio somente aos moradores do condomínio.



Figura 3: Imagens da franquia Alphaville e suas respectivas localizações anunciadas pelo seu *website*. Fonte: <<http://www.alphaville.com.br/empreendimento/alphavillebelem>>. Acesso em junho/2016.

O Combú tem uma forma de apropriação ainda diferenciada, menos urbana, apesar de se encontrar em situação de proximidade com o centro de Belém, mais até do que todas as ilhas descritas acima. O que se tem notado é que essa proximidade pode vir a ser um problema, dos mesmos moldes de Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba.

No nível do discurso (âmbito formal), tais mudanças já estão sendo demandadas. Alguns segmentos de profissionais que aqui atuam acreditam que deve acontecer esta expansão “pra lá” do rio. Em vista disso, resta empoderar tal população sinalizando suas práticas e o desempenho das ilhas nas suas funções ambientais. Em entrevista à revista de construtora local (Leal Moreira) um arquiteto da cidade demonstra naturalidade ao falar sobre a expansão da cidade, ver quadro 1.

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



E a travessia para o Combu – 300 metros depois do Acará? O crescimento de Belém para além da cidade, em direção das ilhas, a exemplo do que nossa vizinha Manaus fez também – o que achas?

Vou fazer um registro para ti, porque não deves lembrar, já que és muito jovem. Belém tem um privilégio enorme em ter ilhas lindas, virgens. De 1971 a 1975, governava o Pará o Fernando José Guilhon e o Dr. Guilhon tinha um relacionamento muito próximo com o governo japonês e foi um dos governadores com mais visão de futuro que já tivemos. Pergunte ao Alcyr Meira, que pode contar melhor essa história. O governo japonês financiava naquela época uma ponte que ligava continente a continente, a exemplo do que o Dr. Almir Gabriel fez com a Alça Viária, mas aqui em frente de Belém, passando pelo Combu. O Alcyr chegou a fazer o planejamento de um bairro, de uma área residencial sobre essa ilha.

Então o projeto já existe...

Existe e não aconteceu, creio, por questões políticas. Penso que deve existir essa expansão, porque Belém não tem mais para onde expandir, mas igualmente, é um projeto que precisa de muito estudo. Nós temos que analisar, estudar profundamente as condições tipológicas e topológicas dessas ilhas e os potenciais de preservação do ecossistema, para que haja uma ocupação racional. Há que ter uma política de controle urbanístico enorme...

Quase uma cidade ecológica.

Isso! Temos que ter sustentabilidade e que haja uma composição mista nesse controle urbanístico, de modo que você pudesse desenvolver projetos emblemáticos, como hotéis, universidades, moradia. Ah, sem esquecer a navegabilidade.

Como esse tipo de intervenção influenciaria para bem em Belém?

Se você fizer uma intervenção em que você procure resolver e solucionar as interfaces do que pode trazer o problema, mal não fará. Só fará o bem. Eu acredito que ocupar de maneira responsável as ilhas, é a Belém do futuro. Quem conhece bem essas ilhas, sabe que boa parte delas é viável. Cotijuba é uma ilha alta e uma alternativa urbana maravilhosa, desde que haja uma ocupação responsável. Existe ainda um estudo, uma possibilidade de ligar Mosqueiro por meio de Carateua e Outeiro. Tai outra possibilidade de expansão, que deve ser feita de maneira responsável. Mas, primeiro, precisa pensar o planejamento de Outeiro e Icoaraci até se chegar a Mosqueiro. É um planejamento, estudo a longo prazo.

Belém podia ser reconhecida, no futuro, como a "cidade das ilhas".

Ou a "Cidade das águas". Já que há inclusive projeto de promover o transporte fluvial, que é mais barato. Mas não pode ser qualquer tipo de embarcação. O ideal é que fossem parecidos com os vaporetos italianos (nota: "ônibus" fluviais de Veneza, na Itália).

Quadro 1: Entrevista de arquiteto local sobre a expansão urbana de Belém. Fonte: Revista Legal Moreira, 2013. Disponível em: <http://www.lealmoreira.com.br/revista/conteudo/2788/nequaquam_minima_est>. Acesso em junho/2016.

Esta entrevista data de 2013, fica claro que já existem projetos prontos para área quando os investimentos forem permitidos, ou mesmo quando houver mais pressão e possibilidade de grandes lucros em torno da valorização das terras da ilha.

Em outra entrevista, dessa vez à revista Living ainda em 2005 um empresário local diz acreditar que a escassez de espaços nas áreas continentais de Belém levará a expansão para o outro lado do rio, retornando o contato com a água (PAULA, 2005). Diante do exposto duas perguntas emergem: (a) retornando o contato com a água para quem? (b) tais projetos como bairros e áreas residenciais para a ilha, não ameaçariam o modo de vida de pessoas que a ocupam a centenas de anos e que a exploram de forma racional?





2 A ILHA: MODO DE VIDA E VISÕES DE MUNDO

A Ilha do Combú dista 1,5 km da cidade de Belém, historicamente participa da divisão do trabalho no município como área extrativista, habitada pelos ilhéus, que a partir das duas últimas décadas assume funções de lazer para os moradores do continente. Grandes porções da ilha foram destinadas à plantação de cacau ou do açaí, conforme a demanda do mercado consumidor local.

Hoje a economia da ilha gira em torno da extração do cacau, não mais baseado no plantation, mas no cultivo e manejo agroecológico, que combina o cacau com outras espécies, especialmente o açaí. A pesca de camarão e peixe é outra forma de extrativismo importante para a economia da ilha, com grande demanda regional.

A oferta de serviços, seja por meio de restaurantes regionais (malocas, palafitas) ou de transporte fluvial para travessia dos moradores do continente para os restaurantes da ilha, vem se destacando como mais uma possibilidade econômica, que na verdade promove o intercâmbio entre a população da metrópole e da ilha, e serve de âncora para novas cadeias produtivas. A oferta de passeios e trilhas de ecoturismo, a produção de biojóias e chocolates regionais a partir do cacau e do açaí e de outras sementes disponíveis na própria ilha são diversificações recentes positivas que tem ajudado muito na melhoria das condições de vida dos ilhéus, promovendo o retorno de filhos que já tinham migrado para o continente. Essas iniciativas oferecem resistência às tendências negativas de apropriação da ilha por pessoas que não são membros históricos da comunidade (e que não seguem as decisões coletivas assumidas no âmbito da Associação dos moradores).

A proximidade com a cidade de Belém, e o progressivo desaparecimento do tipo de ambiente natural encontrado na ilha, a torna um destino muito procurado nos finais de semana. A procura pelo espaço ribeirinho despertou o interesse dos prestadores de serviços e dos aproveitadores, assim como atraiu curiosos com veículos náuticos próprios que não raramente causam impactos e constrangimento aos moradores da ilha menos atentos à sua aproximação.

Os arranjos espaciais praticados no espaço de várzea contam com uma codificação espacial muito diversa da utilizada na cidade, que tem a distância como barreira entre as famílias, ao invés de muros ou paredes (TRINDADE, 2014). Essa possibilidade de fácil acesso às casas, normalmente mantidas abertas, torna os ribeirinhos vulneráveis a ataques provenientes por parte de visitantes que não compreendem esse território.

As formas de organização da população e a gestão do espaço como lugar público e comum fortalecem as relações de cooperação entre os ilhéus, de modo a preservar a integridade das famílias

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



que habitam ao longo de um furo ou igarapé (cursos d'água internos à ilha que funcionam como ruas – figura 4).

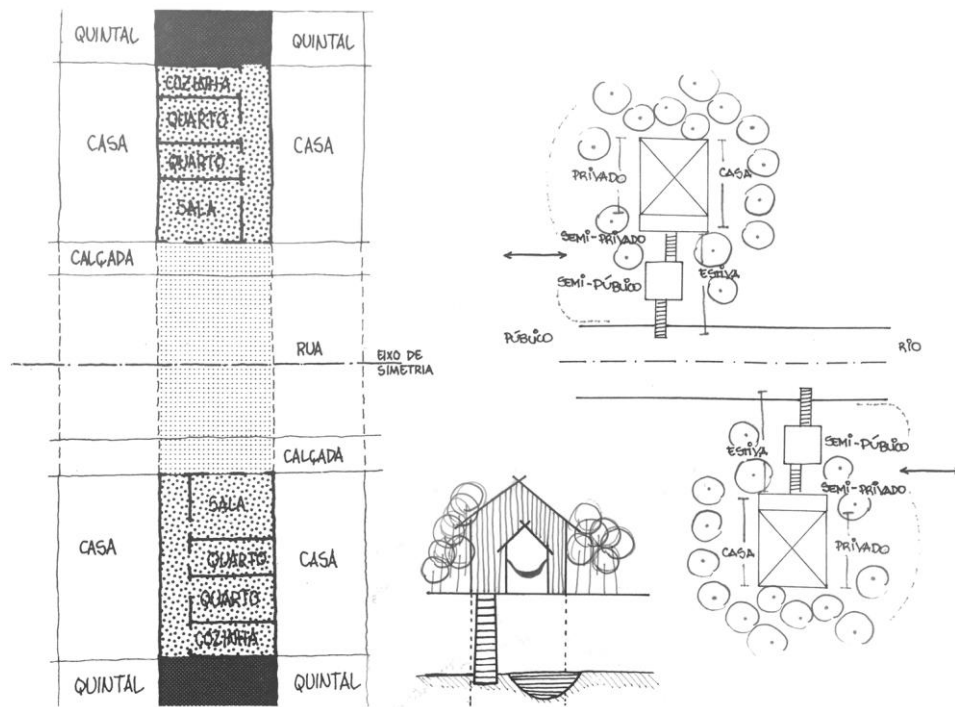


Figura 4: Gradação público - intermediário - privado e as correspondências dos elementos do espaço urbano com a forma de apropriação do espaço dos ilhéus do Combú. Fonte: SANTOS; VOGEL (Coord.), 1985. Elaboração: Luna Bibas, 2016.

Diante do exposto fica evidente que preservação dos modos de vida ali encontrados e a ênfase em uma matriz do lugar público e coletivo podem ser a chave para a superação do quadro normativo e dos processos de gestão pouco atentos à participação popular, à economia local e à preservação da natureza e do modo de vida tradicional ribeirinho. As formas tradicionais de apropriação do espaço no Combú mostram o caráter da construção coletiva desses espaços. O público e o privado constituem-se de forma diferenciada, gradual, sem quebras abruptas no espaço (GEHL, 2009), enfatizando sempre o público, o coletivo ou o comum.

Em comparação com a Orla de Belém representada na figura 4, percebemos que a Orla do Combú tem duplo caráter: coletivo (ao redor da casa) e individual (a casa – construção em si). Além do duplo caráter que o espaço dispõe, sua apropriação é tanto simbólica como instrumental. Simbólica na medida que é construído coletivamente e está imbuído do significado de pertencimento – “nós aqui do Combú”; e instrumental na medida que utilizam o espaço como seu meio de sobrevivência.

Comparando com a típica apropriação do espaço na cidade, onde temos rua > calçada > residência, no Combú as ruas são os rios > igarapés > furos, as calçadas são os trapiches construídos pelos



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



moradores, as casas têm a mesma correspondência, já o quintal é mais amplo, se confunde com os quintais dos vizinhos. A figura 4 ilustra como se faz a passagem do público para o privado e as devidas correspondências.

Segundo Santos e Vogel (Coord.) (1985), em diversos contextos a rua pode ser extensão da casa, ou mesmo da calçada, dependendo do tipo de atividades que ali ocorrem, no caso do rio, os usos são múltiplos, desde banho recreativo até meio de circulação, o rio adquire múltiplos significados, é espaço de contemplação, mas também é instrumental e de lazer (passivo e ativo). Ou seja, está no centro da dimensão pública, do encontro e da troca.

As tipologias das casas como assinalado pela figura 4, assumem uma gradação no espaço (privado - intermediário – público), que segundo Gehl (2009) contribuem para a qualidade do espaço, reforça a vigilância natural, pois os habitantes reconhecem os forasteiros, reforça a possibilidade de se tomar decisões em conjunto e o reconhecimento de mudanças no espaço (sensação de pertencimento).

3 O CONTINENTE: A EXPANSÃO DA MANCHA URBANA E SEUS DESDOBRAMENTOS.

O crescimento experimentado por Belém desde a integração econômica da região ao país tem propiciado uma expansão da mancha urbana típica de cidades latino-americanas, onde os interesses econômicos (de mercado) suplantam outras dimensões da vida urbana (social, ambiental, cultural, política e institucional).

A extensão da mancha urbana rumo aos municípios vizinhos de Ananindeua e Marituba gerou uma conurbação que carece de estruturação global e visão sistêmica de políticas urbanas (habitação, saneamento e mobilidade) e principalmente de espaços públicos e de espaços verdes, a despeito da forte conexão com grande parte da população metropolitana (especialmente os grupos de menor renda) com a natureza.

O espraiamento da RMB tem despertado o interesse pelo adensamento da porção continental de Belém, a ocupação dos espaços insulares que constituíam a porção rural do município de Belém, constituída por 42 ilhas. As setas da figura 01 identificam os vetores de crescimento da mancha urbana, indicando a pressão do mercado pela conversão de áreas verdes em novas áreas urbanizadas, à consolidação e adequação de áreas já ocupadas precariamente.

A prática de ocupação extensiva, improvisada, ou planejada pontualmente, reflete-se na redução de espaços livres e insuficiência de espaços públicos, visto que as conversões não foram acompanhadas da provisão de alternativas ao desaparecimento dos espaços naturais.





As frações de verde remanescentes entre os bairros da cidade tornaram-se alvo do setor imobiliário ou de grupos sociais excluídos (ou da ação coordenada de ambos para a supressão da vegetação e posterior integração dessas áreas ao mercado urbano). Esses remanescentes são isolados entre si, visto que as ruas que podem conectá-los não são arborizadas, e os quintais são cada vez mais escassos por verticalização da área central e progressiva ocupação da área de expansão da cidade. A figura 2 apresenta a presença de áreas verdes na porção continental da cidade em 2005 e em 2015, capturado através de técnicas de sensoriamento remoto aplicadas a imagens de satélite de alta resolução, para indicar o padrão de concentração predominante nas áreas de várzea dos rios internos à cidade e em áreas de uso institucional (militares), e a alteração na intensidade dessas áreas verdes, localizadas na área de transição e na área de expansão (constituída pela porção norte) do município.

SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES ENTRE OS ANOS 2005 E 2015

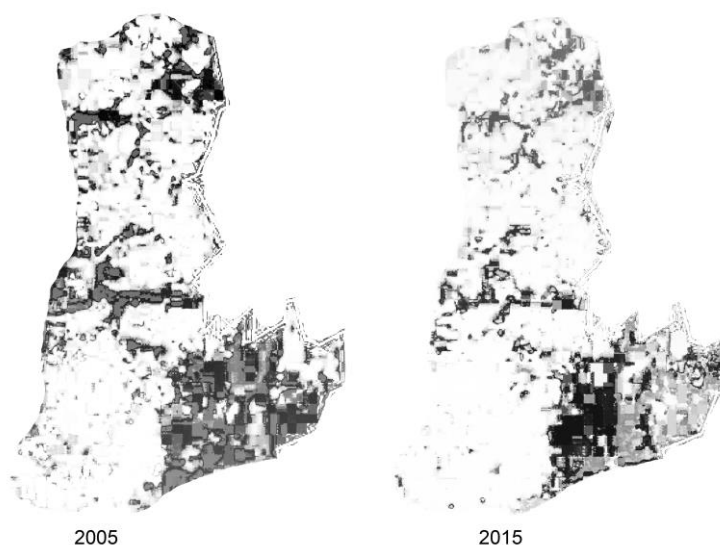


Figura 5: Supressão das áreas verdes na área continental do Município de Belém no intervalo de dez anos.

Observa-se que na área central (porção sul mais clara da figura), os fragmentos de verde mais expressivos correspondem às praças e parques históricos da cidade, constituídos na área estruturada a partir do plano de alinhamento de 1894, onde as áreas de várzeas que constituem sua periferia próxima, ocupadas informalmente, são completamente carentes de áreas verdes. A porção sudoeste do município corresponde à Área de Preservação Ambiental de Belém – APA Belém, que contém o manancial de água que abastece Belém e parte do município vizinho de Ananindeua.

O crescimento da mancha urbana indica que o fenômeno observado nas várzeas internas ao centro de Belém (completamente desprovidas de vegetação) tende a se repetir na área de expansão, com



taxas de supressão de vegetação elevadas aceleradas pelo porte dos novos empreendimentos imobiliários e comerciais (shopping centers, hipermercados, condomínios residenciais de alta e média renda) que se apropriaram dessa porção da cidade.

4 O SIGNIFICADO DO ESPAÇO PÚBLICO E A RESIGNIFICAÇÃO DAS MARGENS DE RIOS

Segundo Marshall (2009) os espaços livres são a cola que juntam os espaços construídos (ilhas) em um sistema urbano estruturado. São eles que junto aos espaços construídos dão forma e significado à ordem urbana (*urban syntax*).

A importância dos espaços livres também é destacada nos trabalhos de McHarg (1971) e Spirn (1985) pelo viés ambiental. Enquanto McHarg (1971) recomenda que o planejamento urbano (e da paisagem) seja apoiado na compreensão das camadas biofísicas e da biodiversidade existente do meio natural, para que a urbanização coexista com a preservação da paisagem, potencializando as vantagens econômicas à longo prazo e evitando a vulnerabilidade dos espaços naturais.

Em que pese a dificuldade de planejar o território em um contexto urbano de fronteira de exploração de recursos naturais como a Amazônia, destaca-se que o imediatismo da abordagem desenvolvimentista focada no crescimento econômico a qualquer custo, a omissão de todas as esferas do setor público sobre o destino dos fluxos migratórios atraídos para a região após reestruturação promovida no ambiente rural amazônico, a ignorância a respeito da fragilidade do meio natural local e de sua dependência dos ciclos das águas, potencializaram a vulnerabilidade sócio econômica e ambiental da população que migrou para as cidades e particularmente para a RMB.

Na literatura Spirn (1985) explica como a poluição em meio urbano e o manejo equivocado dos elementos naturais (tais como morros e rios) podem trazer desvantagens para atividades urbanas: contemplação, uso do rio (de forma diversificada), usufruto de espaços públicos por conta da alteração das condições ambientais (aumento do calor). Em Belém espaços públicos expostos à insolação direta, carentes de redes técnicas ou de acessibilidade precária desestimulam a sociabilidade, e desencadeiam uma mudança de atitude da população.

Na medida em que as gerações de migrantes se integram ao ambiente metropolitano decresce a capacidade de apropriação de espaços verdes de acesso público, associados ao medo, à violência e ao crime, tendo em vista a invisibilização dos rios internos, a carência de tratamento dos seus acessos, ou de integração dos mesmos a um sistema de áreas verdes/público na cidade.

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



As velhas práticas são substituídas pelo consumo de serviços em ambientes controlados, de acesso público, mas dependentes de renda. As praças existentes concentram-se nos espaços de maior renda, ou em áreas privadas, inviabilizando a experiência da natureza para os grupos sociais de menor renda, excluídos dos ambientes de consumo. Essa tensão é ambiental e social, potencializa a violência e o medo, e a homogeneização da vida urbana.

Os espaços livres podem ser apropriados de diversas formas, embora públicos, podem ser de acesso restrito de acordo com as formas de apropriação pela população, ou pelo poder público. Hertzberger (1999) estabelece uma relação entre os termos coletivo e privado a partir da espacialização dessas instâncias. A diferença entre espaços públicos e privados se estabelece a partir do grau de acesso aos mesmos. Queiroga (2012) alerta que nem todos os espaços públicos têm uma apropriação pública, embora tenham dimensão pública. Exemplo disto é uma prefeitura, que ainda que seja um prédio público, não é de apropriação pública, assim como uma praça, ou uma orla podem ter acesso restrito. Em função disso o autor adota o conceito de lugar público, o qual se estabelece a partir da apropriação do lugar, ou espaço em questão.

Deve-se entender que em Belém, assim como em todas as cidades que de desenvolveram a partir da orla na Amazônia, manifesta o espaço de diversidade, o lugar público, em suas orlas. Historicamente a orla é o espaço da diversidade (do contato com o visitante que chega nas embarcações), do dinamismo econômico (da feira), do lazer (o banho de rio), do fluxo e do aprendizado. O rio funcionava como rua.

Recentemente, a aspiração de modernizar orlas aos moldes das requalificações de áreas portuárias desativadas nas cidades dos países do Norte (Londres, Barcelona, Baltimore) que substituíram as atividades industriais clássicas por atividades ligadas à indústria criativa, tem ressignificado as orlas amazônicas com obras que agravam tensões econômico-sociais de modo mais dramático do que o ocorrido nas áreas tomadas como referência (HALL, 1998).

Cardoso et al. (2016) discute sobre como esses espaços passaram a ser alvo de investimentos de alto padrão, não explicitados através de um projeto global, e conduzidos por uma coalizão entre grupos políticos no poder, segmentos do setor privado e a mídia local. Tais iniciativas procuram associar a recuperação de monumentos e criação de novos equipamentos públicos (monofuncionais) a um processo de “abertura” das orlas, que se traduz na gentrificação dessas áreas, com afastamento da população que mais depende desse contexto e que em alguns casos lhe dá identidade (ex.: Feira do Ver o Peso).



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Estas iniciativas apoiam-se no desejo de internacionalizar a cidade, e apoiam-se na concessão pela Unesco do título de Cidade Criativa da Gastronomia à cidade, que se desdobrou em uma série de projetos que tem como área alvo a orla da cidade compreendida entre a Estação das Docas e o Portal da Amazônia. Assume-se que as margens dos rios podem ser transformadas em orlas espetaculares, em contrapartida à motivação econômica de alavancar o turismo, recorre-se à alienação social e museificação da área em questão, com resistência não organizada dos grupos diretamente afetados dos feirantes, barqueiros, da academia, dos artistas e de múltiplos atores usuários desses espaços (CARDOSO et al., 2016).

A figura 6 mostra, ao lado esquerdo, em detalhe a área em questão, destacando as atividades comerciais, museus e parques concentrados na orla histórica de Belém, ao passo que no lado direito são marcados feiras e portos públicos que constituem o circuito popular e que sofrem pressão para redirecionamento desses espaços para usos vinculados ao consumo ou monofuncionais.

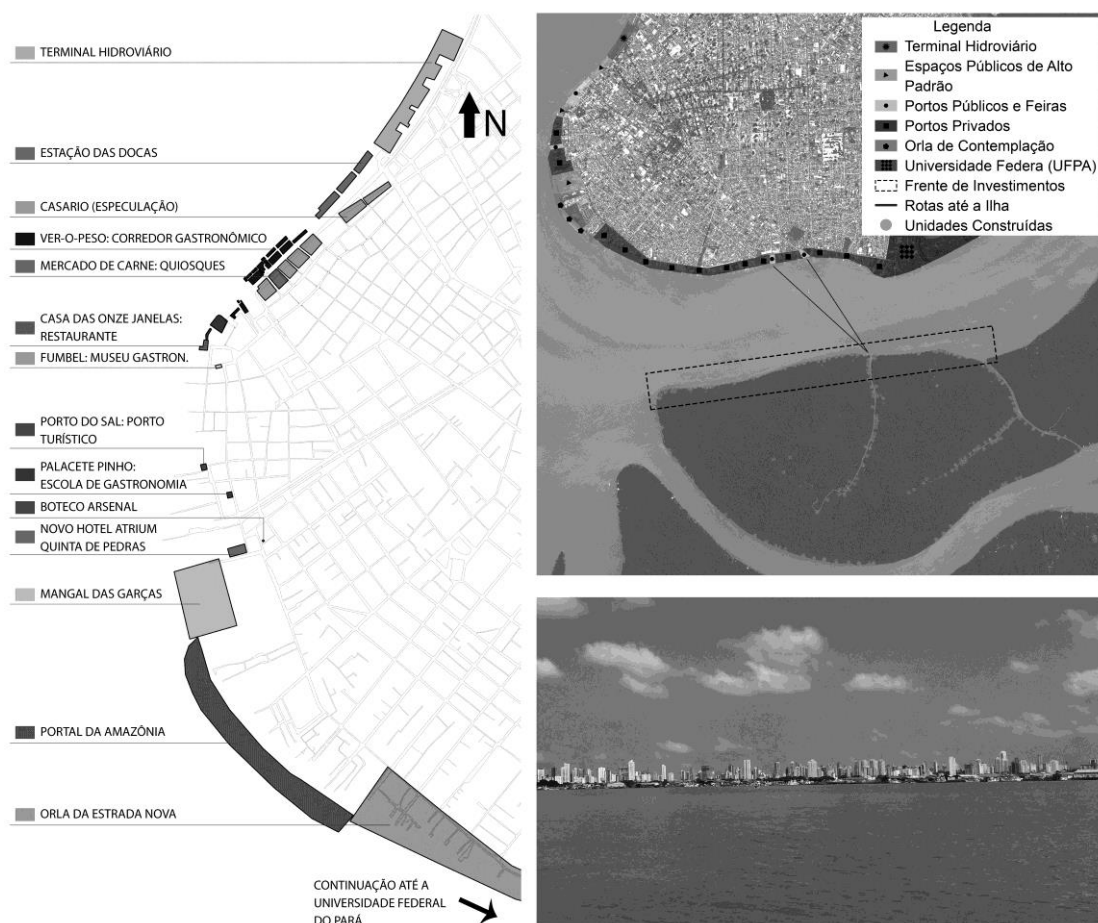


Figura 6: Atividades na orla de Belém (à esquerda) e as apropriações privadas e públicas (à direita), foto mostra a orla de Belém vista do Combú. Fonte: CTM, 2010; Google Earth, 2015. Elaboração: Luna Bibas, 2016.



5 ENTRE A OPORTUNIDADE E O RISCO

Os produtos que hoje são comercializados na ilha, como o chocolate regional, as biojóias e os derivados do açaí (sorvete, mousse, energéticos...) são expressão do potencial de economia criativa, que envolve saber tradicional e articulação com o setor formal. Derivam desses seguimentos uma variedade de produtos que já tem expressão internacional, mas ainda tem pouco suporte ou suporte indireto de Instituições Públicas.

A gastronomia local tem dado cada vez mais espaço aos produtos genuinamente amazônicos, aumentando o interesse dos ilhéus pela produção daqueles com potencial de “gourmetização”. É o caso do cacau que tem sido utilizado como insumo para a produção do chocolate regional, 100% cacau, sem açúcar e orgânico. A gastronomia criou o mercado para o cacau, no entanto a internacionalização gera uma pressão muito grande sobre a área histórica de Belém e sobre a orla que está em frente - o Combú.

Até o presente o encontro do urbano e do tradicional tem promovido um ciclo virtuoso para o Combú, entretanto, a ultrapassagem desse ponto significa homogeneização e perda de identidade, exclusão e privatização na medida em que os usuários dos espaços públicos são transformados unicamente em consumidores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto os espaços livres na Belém Continental dividem-se e distribuem-se da seguinte forma: de uso restrito e acessíveis (Públicos), que por sua vez são subdivididos em (a) espaços de vulnerabilidade e entrave de investimentos, como as nossas “baixadas”, (b) os lugares públicos - espaços de acesso popular como feiras e portos públicos e espaços de lazer das áreas insulares e (c) os espaços públicos e privados de acesso restrito. Há um desequilíbrio entre os espaços de acesso restrito - que constituem a maioria (figura 6) – e os lugares públicos de livre acesso, no sentido contrário ao recomendado por Jacobs (2011) e Gehl (2009) de cidade para pessoas.

É evidente que na cidade de Belém a lógica de mercado tem pautado o crescimento da cidade, das propostas e projetos e, por conseguinte dos vetores de valorização imobiliária que pressionam as ilhas com maior potencial de conexão, conforme observado nas trajetórias de urbanização das Ilhas do Mosqueiro e Outeiro.

Se a forma de apropriação coletiva do espaço, possibilita a segurança dos moradores, maior interação entre eles e a criação de laços próximos ao familiar, o modo como a dimensão coletiva foi constituída na ilha do Combú se beneficia dessas qualidades e organiza as diversas dimensões da

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



vida a partir dessa noção de coletividade (econômico, político, social e ambiental), fortalecendo a comunidade. O sítio biofísico é respeitado através das construções em palafitas que não sofrem com as enchentes periódicas do rio. Observa-se o respeito ao rio e à floresta assumidos como suporte do sustento dos moradores da ilha, o que se desdobra na constituição de um verdadeiro escudo contra a destruição progressiva do verde na ilha.

Os projetos de monofuncionalização da Orla de Belém já indicam que o Combú será alvo dos setores imobiliários (reserva de terra), com prejuízo para a cidade e para a Ilha, uma vez que estão em jogo elementos que motivaram o destaque da cidade (identidade forte e exotismo aos olhos do turista), preservados na Ilha, e que provaram ser capazes de promover a sua integração econômica.

Segundo Veiga, (2005), o crescimento econômico só é metamorfoseado em desenvolvimento caso os retornos dos investimentos sejam suficientes para preparar um futuro melhor para a população de uma forma geral, sendo incluídos nos ganhos todos os seguimentos populacionais. Todos os modos de vida devem ser respeitados e viabilizados, inclusive o modo de vida tradicional amazônico.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, A. C.; GOMES, T.; MELO, A. C.; BIBAS, L. Quando o projeto disfarça o plano: o exemplo de construção de agenda de planejamento urbano e metropolitano em Belém (PA). In: XVII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2016.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Julio Ferreira (Org.) Belém: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

GEHL, Jan. La humanización del Espacio Urbano. La vida social entre los edificios. Barcelona: Reverté, 2009.

HALL, Peter. Cidades do Amanhã. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JARDIM, M. A. G.; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Composição Florística e Estrutura de uma Floresta de Várzea do Estuário Amazônico, Ilha do Combú, Estado do Pará, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Botânica, Belém, v. 17, n.2, p. 333-354, 2001.

MARSHALL, Stephen. Cities, Design & Evolution. London: Routledge, 2009.

MCHARG, Ian. Design with Nature. New York: Natural History Press, 1971.

PAULA, Fabrício de. Belém do século XXI. Living. Belém, ano II, n.6, p. 16-18, set/2005.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



QUEIROGA, Eugênio. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 f. Tese (Livre Docência – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP, São Paulo, 2012.

SANTOS, Carlos; VOGEL, Arno (Coord.) Quando a Rua Vira Casa. A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro. São Paulo: Projeto, 1985.

TRINDADE, Elisangela. Premissas para elaboração de projeto arquitetônico para habitação ribeirinha enquadrada no Programa Minha Casa Minha Vida Rural. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará, 2015.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

